

# O LÚDICO COMO FACILITADOR DO ENSINO- APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

*Data de submissão: 12/08/2023*

*Data de aceite: 02/10/2023*

### **Maria Aparecida da Silva Ferreira**

Instituto Federal do Espírito Santo –  
Campus Itapina  
Colatina – ES  
<http://lattes.cnpq.br/1141533574397922>

### **Carla Rejane de Paula Barros Caetano**

Instituto Federal do Espírito Santo –  
Campus Itapina  
Colatina – ES  
[https://www.cnpq.br/cvlattesweb/  
PKG\\_MENU.menu?f\\_  
cod=510DEA35C6F33E0568B  
0ACD100718554#](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=510DEA35C6F33E0568B0ACD100718554#)

Este capítulo é resultado da investigação realizada a partir do Trabalho de Conclusão de Curso, na Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina em 2019

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo geral compreender o papel da ludicidade na mediação do ensino aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais na perspectiva da inclusão. É um estudo qualitativo, no qual, foi feita uma pesquisa bibliográfica, analisando a posição de

estudos, já consolidados acerca da temática proposta, e pesquisa de campo para coleta e análise de dados, feita a partir de uma observação participante e entrevista semiestruturada, realizada com a professora regente, de uma turma do quarto ano das séries iniciais de uma escola pública. Ao longo dos anos, a educação para todos vem sendo discutida em diversos países, e nesse contexto é que o Brasil vem propondo uma política que abrange, dentre outros públicos, as pessoas com necessidades especiais. A inclusão dessas pessoas vai muito além que matriculá-los em uma escola. É por isso, que os estudos apontam para a necessidade de adaptação de métodos, que promovam a aprendizagem prazerosa e inclusiva de maneira significativa. O lúdico tem esse papel. Ele é uma ferramenta metodológica que pode contribuir para a inclusão escolar, e se caracteriza como um momento em que a criança usa sua espontaneidade e, conseqüentemente, a expressividade e a criatividade, pois não se trata de apenas brincar, mas é brincar com intencionalidade pedagógica. O lúdico, como prática diária trabalhada na escola, também facilitará o processo alfabetizador, sendo isso realizado de forma a obter resultados positivos.

Enfim, mediante a pesquisa, segue que a ludicidade faz a diferenças nas vidas de todas as pessoas, em especial da criança com necessidades educacionais especiais que possui suas dificuldades no processo de escolarização como qualquer outra criança. O lúdico faz com que essas crianças conheçam a si mesmas, nos seus desejos e limitações, as incluindo e ensinando a se comunicarem com o mundo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lúdico; Inclusão; Necessidades Educacionais Especiais; Aprendizagem.

## THE PLAYFUL AS A FACILITATOR OF TEACHING-LEARNING FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSION

**ABSTRACT:** The present work has as general objective to understand the role of playfulness in the mediation of teaching learning of children with Special Educational Needs in the perspective of inclusion. It is a qualitative study, in which a bibliographical research was done, analyzing the position of already consolidated studies about the proposed theme, and field research for collecting and analysis, made from a participant observation and a semistructured interview with the teacher regent, of a class of the fourth year of the initial series of a public school. Over the years, education for all has been discussed in several countries, and in this context, Brazil has been proposing a policy that includes, among other publics, people with special needs. The inclusion of these people goes far beyond enrolling them in a school. This is why studies point to the need for adapting methods that promote meaningful enjoyable learning a meaningful way. The ludic has this role. It is a methodological tool that can contribute to school inclusion and is characterized as a moment in which the child uses his spontaneity and, consequently, expressiveness and creativity, since it is not just a play, but a play with pedagogical intentionality. The ludic as a daily practice worked in the school, will also facilitate the literacy process, being done in order to obtain positive results. Finally, through the research, it follows that playfulness makes differences in the lives of all people, especially children with special educational needs who have difficulties in the schooling process like any other child. The ludic makes these children know themselves, in their desires and limitations, including them and teaching them to communicate with the world.

**KEYWORDS:** ludic; Inclusion, Special Educational Needs; Learning.

### 1 | INTRODUÇÃO

Trabalhar com a ludicidade é lidar com a inclusão, é levar em consideração a criança com deficiência como um sujeito participante do processo de aprendizagem, mais que isso, é questionar, refletir e (re)estruturar sobre as práticas pedagógicas atuais e suas funções perante a deficiência.

Essa técnica utilizada como instrumento que medeia a aprendizagem e a inclusão objetiva uma prática pedagógica que proporciona mais prazer, sendo muito agradável e eficaz na interação de alunos com necessidades especiais em seu convívio social, contribuindo, assim, para um bom desenvolvimento cognitivo, individual e inclusivo. É primordial que o professor se prepare e reflita sobre a importância do jogo e de outros recursos lúdicos, sempre buscando metodologias que valorizem o aluno, independentemente suas limitações.

Posto isto, este estudo se complementa através uma entrevista semiestruturada com uma professora regente trazendo os seguintes questionamentos: De qual modo o professor tem compreendido a ludicidade como mediação da aprendizagem e da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula? Todas estas indagações se deram com intuito de compreender o papel da ludicidade na mediação do ensino aprendizagem de crianças com necessidades especiais na perspectiva da inclusão, tendo como base estudos que discorrem sobre essa temática.

## 2 | EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Por séculos, as pessoas com deficiência foram deixadas à margem da sociedade. Por vezes foram maltratadas e segregadas, quer nos espaços familiares ou informais, quer nas instituições educativas. Quando analisamos, ao longo do tempo, a história da educação inclusiva, vemos que o preconceito às pessoas com necessidades especiais é tão antigo quanto a espécie humana. Registros históricos mostram como tais pessoas eram tratadas, como exemplo, em um documento MEC/SEESP(1997), encontramos um texto do filósofo romano Sêneca, que dizia:

Entre os romanos, no início da era cristã, os preceitos de Sêneca (filósofo e poeta romano nascido em 4 a.c.) assim estabeleciam: Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal construídos; mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós as afogamos: não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las. (Sobre a Ira, I, XV in MEC/SEESP. 1997, p. 14).

A partir dessa concepção, estudos mostram que nem todas as crianças deficientes da história romana foram mortas, muitas foram abandonadas e deixadas à própria sorte.

Dentro desse contexto, Mazzota (2001) diz que a religião comparava o homem segundo a imagem de Deus, um ser perfeito, idealizando uma condição humana tanto na perfeição física quanto intelectual.

Os “deficientes e imperfeitos” que contrariavam essa condição da perfeição e aparência divina eram postos à margem da condição humana.

Segundo Correia (1997) na pré-história, as crianças com deficiências eram condenadas à morte, como na Grécia Antiga, as crianças com deficiências físicas ou mentais eram consideradas subumanas, o que as destinava a própria eliminação ou abandono.

Em relação à história da educação, no que se refere à atenção dada às pessoas com NEE, constata-se que, até o século XVIII, não se consideravam ou compreendiam conceitos como diferenças ou diversidade.

Aqui no Brasil, em meados do século XIX, as realidades dessas pessoas passaram a mudar.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do

Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX, é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi (BRASIL 2010, p. 11).

Essas Associações tornaram-se as maiores prestadoras de serviços de educação e habilitação das pessoas com necessidades especiais em todo país.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208 institui que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de que, dentre outros aspectos que: as pessoas com necessidades especiais tenham atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A temática da educação para pessoas com deficiência foi amplamente discutida na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pelo Governo da Espanha, em cooperação com a UNESCO, em 1994, e resultou em um documento conhecido mundialmente como Declaração de Salamanca.

Nessa declaração, a ênfase está em que as escolas devem receber todas as crianças, não importando quais as suas deficiências ou necessidades.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos aprendem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. As escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, garantindo um bom nível de educação para todos, através dos currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as várias comunidades. (BRASIL, 1994, p. 11).

A Declaração de Salamanca traz ao Brasil um novo paradigma no que diz respeito ao atendimento à pessoa independente de sua necessidade específica. Algo que há muito vem sendo buscado pelas famílias, pelas pessoas excluídas e pela sociedade: estas lutam pela igualdade de direitos e oportunidades, ou seja, pela “inclusão”. Em julho de 2015, houve um grande avanço na política de educação inclusiva aqui no Brasil. Nesse ano, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015. Essa lei veio assegurar ao aluno com NEE, a garantia de acesso, permanência, participação na escola, além de prever a valorização de suas potencialidades físicas, cognitivas, intelectuais, sensoriais e sociais na aprendizagem, incluindo as exigências de práticas pedagógicas inclusivas na formação do professor além de mudança do entendimento do que vem a ser inclusão.

### 3 I O LÚDICO COMO MEDIADOR DO ENSINO APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A palavra lúdica tem sua origem do latim “ludus”, significando brincar, nessa ação estão incluídos os jogos, brincadeiras e outros divertimentos.

119), “Na Grécia Antiga um dos maiores pensadores, Platão (427-348), afirmava que os primeiros anos da criança deveriam ser ocupados com jogos educativos, praticados pelos dois sexos, sob a vigilância e em jardins de infância.” Trazendo essa discussão para o contexto escolar, há uma intencionalidade para além só da diversão, a qual tem como objetivo primordial, a aprendizagem do aluno para a uma compreensão de mundo, fazendo, assim, de forma divertida, envolvendo tanto o cognitivo, quanto o afetivo e o motor.

O lúdico perpassa gerações. O índio e o negro criavam seus próprios brinquedos e brincadeiras, que eram tradições desenvolvidas de forma criativa, lúdica e que, ao mesmo tempo, satisfaziam suas reais necessidades de sobrevivência.

Dentre muitos brinquedos trazidos pelos negros, pode-se destacar a boneca de pano “Abayomi”, que era feita pelas mães negras, no intuito de distrair as crianças nos navios negreiros.

O lúdico como prática diária trabalhado na escola facilitará o processo alfabetizador, sendo isso realizado de forma a obter resultados positivos. Para isso se faz necessário oportunizar o conhecimento do aluno, dentro de sua realidade, trabalhando com as experiências vividas no seu cotidiano. Isso fará com que ele tenha interesse em frequentar a escola e de se socializar, podendo ter oportunidade de desenvolver suas potencialidades e melhorar seu conhecimento. Nesse contexto, Kishimoto (2011, p.43) apresenta algumas potencialidades do trabalho lúdico, pois:

Enquanto manifestação livre e espontânea da cultura popular, a brincadeira tradicional tem a função de perpetuar a cultura infantil, desenvolver forma de convivência social e permitir o prazer de brincar. Por pertencer à categoria de experiências transmitidas espontaneamente conforme motivações internas da criança, a brincadeira tradicional infantil garante a presença do lúdico na situação imaginária (KISHIMOTO, 2011, p. 43).

É relevante observar que a ludicidade não se trata apenas de brincar sem objetivos, mas é uma ferramenta que educa de maneira livre, proporcionando uma aprendizagem eficaz, atuando no desenvolvimento do cérebro, nas emoções, na socialização atuante em todas as etapas da vida da criança seja, nas artes cênicas, no teatro, na música, nos jogos e brincadeiras, tornando todas atividades prazerosas. Ora, a aprendizagem e a construção de significados pelo cérebro se manifestam quando este transforma sensações em percepções e estas em conhecimento, mas esse trânsito somente se completa de forma eficaz quando aciona os elementos essenciais do bom brincar que é, justamente, memória, emoção, linguagem, atenção, criatividade, motivação e, sobretudo, a ação (ANTUNES 2004, p. 31).

Sendo assim, o cérebro recebe estímulos que se manifestam de várias formas, como na emoção, na atenção, na aprendizagem e outros, e isso se tornam eficaz através de um brincar prazeroso.

O lúdico permite que a criança se interesse mais pela atividade. “o brincar é sem dúvida um meio pelo qual os seres humanos e os animais exploram uma variedade de experiências em diferentes situações, para diversos propósitos”, Moyles (2002, p.11).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 208, prevê que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “[...] atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Para Mantoam (2003), as políticas educacionais que visam à inclusão, devem assegurar um atendimento a todos os níveis de ensino, visto que a escola regular é o ambiente mais apropriado para assegurar o relacionamento de alunos com ou sem deficiência. Segundo Wallon (2007, p.

Então, como em um passe de mágica, as atividades pedagógicas desenvolvidas se apresentam em seus resultados, de forma mais espontânea e prazerosa em seus vários aspectos, tanto no seu intelectual, emocional, seu físico e na interação sociável uns com os outros.

O brincar representa um fator de grande importância na socialização da criança, pois é brincando que o ser humano se torna apto a viver numa ordem social e num mundo culturalmente simbólico. Brincar exige concentração durante um grande intervalo de tempo. Desenvolve iniciativa, imaginação e interesse. Basicamente, é o mais completo dos processos educativos, pois influencia o intelecto, a parte emocional e o corpo da criança (Santos 2008, p.80).

A partir desse contexto, é possível, ao indivíduo, refletir sobre os efeitos que se revelam nele e nas relações advindas do compartilhamento com outros sujeitos.

Ao incorporar a ludicidade como ferramenta pedagógica na prática educativa, o professor possibilitará um alto desenvolvimento na aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais, proporcionando uma interação social, facilitando a relação entre a teoria e a prática e favorecendo a construção de novos conhecimentos, fazendo assim com que eles desenvolvam suas potencialidades com alegria e prazer.

Santos (2000, 142) “O processo de inclusão social será também realizado de forma mais adequada à visão da criança, pois acontecerá através do jogo, fonte de prazer e aprendizagem para ela”. Assim sendo, a escola, ao receber alunos com algum tipo de necessidades especiais, nem sempre se encontra preparada ou adaptada para tal coisa ou, até mesmo, para atender às suas limitações, tanto estruturalmente, quanto na formação dos professores, nos seus currículos ou mesmo na disponibilização de materiais pedagógicos. No âmbito de uma educação que abranjam as necessidades especiais, a LDB 9394/96 já havia previsto nos seus termos:

Art. 59. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II- (...)

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Diante de um público especial, visa à adaptação de métodos que promovam à aprendizagem prazerosa e inclusiva de maneira significativa.

Um método que tenha, como objetivo, uma praticidade pedagógica diversificada, eficiente, que contemple a interação dos alunos com necessidades educacionais especiais no espaço escolar e que contribua para um bom desenvolvimento individual, cognitivo e social.

Dessa forma, Kishimoto (2011) afirma que, construindo, transformando e destruindo, a criança expressa seu imaginário, seus problemas e permite, aos terapeutas, o diagnóstico de dificuldades de adaptação, como, aos educadores, no desenvolvimento afetivo e intelectual.

Assim sendo, é de grande importância compreender que a ludicidade é uma modalidade que pode contribuir para a inclusão escolar e para um aprendizado significativo na educação especial e formal, sabendo que a ludicidade se caracteriza como um momento em que a criança usa sua espontaneidade e conseqüentemente, a expressividade e a criatividade. Nesse sentido, a Declaração de Salamanca, de 1994, afirma que:

Treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário, ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, dessa forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc. (BRASIL, 1994).

Faz-se necessário (re)significar práticas dentro de um contexto social e educacional excludente, investindo na formação continuada dos professores, na sensibilização de toda sociedade e na participação da família, buscando trabalhar com umas práxis pedagógicas que alcance a todos, visando a um ensino-aprendizagem significativo e com resultados positivos, valorizando e respeitando sempre o indivíduo dentro de suas especificidades.

## **4 | O JOGO COMO PROPOSTA LÚDICA NA TEORIA DE PIAGET**

Segundo Piaget (2013), o desenvolvimento da inteligência está em sintonia com

as atividades lúdicas, se relacionando com os estágios do desenvolvimento cognitivo da criança. Assim sendo, cada etapa do desenvolvimento infantil está relacionada a um tipo de jogo e isso acontece do mesmo modo a todos os indivíduos. O autor ainda aponta que existem três tipos de jogos: Jogos de exercícios, Simbólicos e os de Regras, que se desenvolverão durante os estágios de vida da criança.

Os Jogos simbólicos acontecem no período pré-operatório, dos 2 aos 7 anos de idade, adquirindo a capacidade de representação mais fiel à realidade.

Os Jogos de regras acontecem no período operacional concreto, dos 7 aos 11 anos, e se seguem no desenvolvimento de toda a vida adulta.

Dessa forma, Piaget (2013) deixa claro que os períodos são definidos de acordo com o desenvolvimento da criança, sendo que os estágios se diferenciam dos precedentes através do comportamento, surgindo assim mudanças qualitativas, iniciando um novo estágio no desenvolvimento do intelecto.

Além de apresentar o jogo como uma metodologia de extrema importância em todas as etapas de desenvolvimento do indivíduo, pois trabalha tanto no intelectual, moral, social e cognitivo.

Já o Jogar é um ato de brincar, mas deve-se conscientizar o jogador, de que as regras existentes precisam ser cumpridas e obedecidas e de que ele precisa aprender a ganhar e a perder, para que, assim, o professor consiga alcançar os objetivos propostos.

## **5 | OS CAMINHOS DESTE ESTUDO: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO INVESTIGADO**

O estudo foi desenvolvido inicialmente a partir de uma investigação bibliográfica acerca dos aspectos históricos e legais referentes ao lúdico e à educação inclusiva.

As informações para análise se deram a partir de dois instrumentos de pesquisa: a observação participante em sala de aula, utilizando três jogos lúdicos na rotina da mesma e uma entrevista semiestruturada, realizada com a professora regente da turma, ambas com objetivo final de compreender o papel da ludicidade na educação de alunos com NEE, na perspectiva da inclusão em sala de aula.

Deste modo, esta observação se deu em uma sala de aula do 4º ano das séries iniciais do ensino fundamental, turno vespertino, de uma escola municipal para educação infantil e ensino fundamental, localizada na região do Vale do Rio Doce, leste de Minas Gerais.

Nos deparamos com um aluno, que apresentava Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, que mesmo não sendo público-alvo da educação especial, apresentava a necessidade algum acompanhamento específico.

No decorrer da investigação desenvolvemos algumas experiências através das intervenções feitas por meio de jogos, buscando alcançar os objetivos do estudo. Visto que



Piaget (2013) apresenta o jogo como uma metodologia de extrema importância em todas as etapas de desenvolvimento do indivíduo, pois trabalha tanto no intelectual, moral, social e cognitivo, ao jogar ela vai além e pode transformar a realidade, superando seus medos, ansiedades e limitações.

A primeira intervenção foi na regência da disciplina de Português para trabalhar a concentração e a escrita, uma atividade à parte, fora do livro didático, visto que a professora alegou haver essa necessidade, pois a turma estava com muita dificuldade de desenvolver esta habilidade.

Para esse jogo, a regente contextualizou para a turma a importância de se escrever de modo correto, pois, durante todo o percurso de vida estudantil e no dia a dia dependeriam de uma boa escrita, e ainda, chamou a atenção para que, na hora de transcreverem as palavras para seus cadernos, precisariam de muita atenção e concentração. Cada aluno, um de cada vez, e por fila, deveria ir ao quadro, estourar uma bexiga, ler a palavra que estava dentro, e toda a turma escreveria no caderno.

Foi bastante divertido, no começo alguns se sentiam tímidos, mas logo interagem, e a alegria contagiou toda a sala.

Como era dia da água, optamos por trazer um jogo que abordava a importância e a preservação da mesma de forma lúdica. A professora disse que muitas vezes desistia de fazer uma atividade daquele jeito, pois todas as vezes a turma não cooperava, tumultuando e fazendo bagunça.

Talvez eles estivessem demonstrando a alegria que sentiam por participar e aprender de forma diferente e prazerosa, além de poderem sair detrás das suas mesas e pular, gritar, e tudo isso sem fugir do objetivo que era aprender sobre a preservação da água. Durante o desenvolvimento da atividade, percebemos que alguns relutavam, não querendo participar com medo de errar, pois alegaram que tinham dificuldade com o conteúdo. O resultado final dessa intervenção, a meu ver, foi bem satisfatório em todos os sentidos, tanto no que diz respeito à aprendizagem do conteúdo quanto da inclusão.

## **6 | CONVERSANDO COM A PROFESSORA REGENTE**

Uma entrevista foi realizada com a professora regente, dividida em blocos de interesse, objetivando os aspectos mais relevantes da pesquisa para serem analisados e interpretados em seus resultados, tais como Formação profissional, onde constatamos que a profissional entrevistada é formada em pedagogia e trabalha na área de educação há 19 anos. É concursada pela Secretaria Municipal de Educação. Possui alguns cursos de formação continuada como: uma Pós-graduação em alfabetização, letramento e EJA e outra em Educação Especial Inclusiva. A profissional também possui alguns cursos oferecidos pela Secretaria de Educação com o objetivo de promover o crescimento profissional e qualidade no ensino

Ao adentrar nessa turma observou-se que um aluno tinha certa dificuldade em acompanhar as atividades propostas. Durante a rotina das aulas, por vezes questionei à professora, se aquele aluno tinha algum laudo e ela respondeu, que sim. Na ocasião, questionei a razão de ele não ter algum tipo de acompanhamento, e a professora informou que já havia questionado na direção da escola sobre o assunto, sem dizer inicialmente, qual a necessidade específica do aluno. Ao perguntar no setor pedagógico da escola, se este aluno poderia ter algum tipo de apoio extraclasse, nunca tinha uma resposta efetiva. Para ter uma melhor compreensão do que se tratava, perguntei o que constava no laudo do aluno, e a professora informou ser Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH. Pude perceber, que a docente não tinha conhecimento sobre o assunto, de que apesar do aluno ser uma criança com uma necessidade educacional especial, contudo, não pertence ao público alvo da educação especial.

Sobre a formação lúdica, a professora nos relatou que teve contato com o lúdico em sua formação, mas que ainda precisa aperfeiçoar, evidenciando a necessidade de formação continuada dos professores, para que possam se especializar e aperfeiçoar em assuntos pouco ou não trabalhados em sua graduação. Contudo a mesma reconhece o quanto o lúdico teria a contribuir com o processo de aprendizagem dos alunos.

Assim sendo, nos relatou que a sala é muito agitada e diversificada, e o lúdico é uma maneira de alcançar a todos de forma mais atrativa.

151) aponta quando diz que, “O professor construtivista, tem o papel de desestabilizar, estimular, promover oportunidades, realizar trocas, (...), auxiliar e buscar soluções para conflitos cognitivos, assumindo seu papel de mediador”.

Dessa forma, o professor deve estar sempre inovando seus métodos, estar sempre aberto a buscar meios de alcançar a aprendizagem e a inclusão de seus alunos de maneira prazerosa, respeitando sempre as limitações e valorizando as potencialidades.

## **7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme a investigação bibliográfica desenvolvida no início dessa investigação, se constatou que o lúdico, como recurso didático para trabalhar a aprendizagem e a inclusão, não é um assunto novo, mas um tema que vem sendo discutido há séculos no âmbito da educação de pessoas com necessidades especiais. Dessa forma, a literatura analisada defende que o trabalho do educador deve ter como prioridade, em sua prática pedagógica, atividades lúdicas como elemento importante para uma educação inclusiva. A pesquisa de campo nos mostra que a professora possui, em sua formação, bagagem para trabalhar com a educação especial e inclusiva, embora alegue que ainda não está preparada para tal finalidade, pois percebe que a teoria não dialoga com a realidade do dia a dia de uma sala de aula regular. Demonstrando a necessidade de estar em constante formação. Durante o percurso do presente estudo, foi possível a compreensão do papel da ludicidade na

mediação do ensino e da aprendizagem de crianças com NEE na perspectiva da inclusão.

Por meio desse estudo, conclui-se que o ensino-aprendizagem e a inclusão de alunos com NEE podem acontecer no ambiente escolar através de atividades lúdicas, tornando esse processo não só uma obrigação legal, no tocante ao direito a educação, mas, um envolvimento de todos. A partir das observações feitas e da entrevista, foi percebido quanto o lúdico proporciona uma aprendizagem prazerosa e de qualidade, sendo construída dentro de um contexto familiar pelos alunos, que é a brincadeira e, além de tudo trazendo o aluno com NEE para dentro da proposta, respeitando suas limitações, visto que toda a turma se sentiu estimulada a interagir as ideias e conhecimentos em um espaço lúdico.

Desse modo, este é um estudo cuja temática não esgota suas reflexões. É contínua a necessidade de trazermos novas reflexões em relação à inclusão de alunos com NEE, ainda que por hora, não sejam todos alvo da educação especial. Temos muito que refletir e buscar por melhorias no processo do ensino-aprendizagem e da inclusão. Que venham contemplar a todos de fato, inclusive nos casos de alunos com TDAH, como o que envolve o escopo desse estudo. Além disso, apesar de todo o exposto, o lúdico não é uma receita pronta e acabada para a aprendizagem e a inclusão, visto que, em uma sala de aula, há uma significativa diversidade, e nem todos aprendem do mesmo jeito.

## REFERÊNCIAS

A Criança e seus direitos: **Declaração dos direitos da criança**, Compor. 1999.

ANTUNES, Celso. **Educação Infantil prioridade imprescindível**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm)>. Acesso em 18 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CEB nº 01 de 7 de abril de 1999. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao\\_ceb\\_0199.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0199.pdf)>. Acesso em 20 de mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf)>. Acesso em: 18 de mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 18 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998a. v.1. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf)>. Acesso em 20 de mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Estratégias para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília: MEC/SEESP. (org.) Maria Salete Fábio Aranha, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>. Acesso em 02 de jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em 20 de jun. 2019.

CORREIA, L. M. (1997). **Alunos com NEE nas Classes Regulares.** Porto: Porto Editora.

FORTUNA, Tânia Ramos. **O brincar, as diferenças, a inclusão e a transformação social.** Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB, v.3, nº 3, p. 460-472, set./dez. 2008.

\_\_\_\_\_, Tânia Ramos. **Sala de aula é lugar de brincar?** Disponível em: <[http://brincarbrincando.pbworks.com/f/texto\\_sala\\_de\\_aula.pdf](http://brincarbrincando.pbworks.com/f/texto_sala_de_aula.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos Infantis; O jogo, a criança e a educação.** 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

\_\_\_\_\_, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil (Org). **“Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação”.** Reimpr. 14. Ed-São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? *In*: MANTOAN, Maria Teresa Egler. (Org.) **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

\_\_\_\_\_, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª. Ed-São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_, Maria Teresa Eglér. **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças.** In Nova Escola, maio, 2005.

\_\_\_\_\_, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos/** Maria Tereza Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, Organizadora. São Paulo: summus, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MEC/SEESP. **Programa de capacitação de recursos humanos do Ensino Fundamental – Deficiência Mental**. (Org.) Erenice Natália Soares Carvalho. Brasília: SEESP, 1997. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def\\_multipla\\_1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_multipla_1.pdf)>. Acesso em 20 de mar. 2019.

MOYLES, Janet R. **Só brincar? O papel do brincar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PAPO DE PROFESSORA DENISE. **Ditado Estourado**. Disponível em: <<https://www.papodaprofessoradenise.com.br/aprenda-brincando-com-o-ditado-estourado>>. Acesso em 10 de mar. 2019.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. [Tradução Álvaro Cabral e Christiano Monteiro Oiticica]. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

PROFESSOR EM SALA. **Jogo da matemática – Adição, Subtração e multiplicação**, 2017. Disponível em: <<https://www.papodaprofessoradenise.com.br/aprenda-brincando-com-o-ditado-estourado>>. Acesso em 20 de mar. 2019.

SANTOS, Mônica Pereira; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas** – 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

WALLON, H. **A evolução da psicologia da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.